

# Capítulo 1

---

## Partos e grilhetas

Quando entro em Tires pela primeira vez, o previsível cenário de autoridade é abafado pela agitação de carrinhos de mão, baldes, cordas e andaimes. O detetor de metais tem ainda plástico a protegê-lo. Cheira a cimento fresco, necessário para os melhoramentos da receção, que se prolongarão até ao final do verão, altura em que também o meu trabalho estará concluído. A reportagem, que começa numa abafada manhã de junho, terminará numa tarde fresca de outubro. Nos meses que se seguirão, passarei a maior parte do meu tempo entre criminosas, guardas prisionais e filhos de reclusas, dentro e fora da cadeia.

Terei tempo para confirmar, já livre de taipais, a imponência do grande portão verde que marca a fronteira entre a liberdade e a reclusão. Vou observar as rotinas das presas de Rhode Island, nos EUA, de Tires, nos arredores de Lisboa, e de Santa Cruz do Bispo, no Norte do país. Sempre para ouvir mães que vivem atrás das grades. Longe dos filhos, com saudades. Ou perto deles, com culpa pela pena imposta aos inocentes.

Tudo isso virá mais adiante. Para já, estou ainda nas primeiras impressões desta fortaleza que se abre e fecha dezenas de vezes ao dia para deixar entrar funcionários, amigos, familiares, médicos, enfermeiros, advogados, cozinheiros, motoristas e voluntários.

Estou na cadeia. Ninguém diria. Ao passar o portão, deparo-me com uma grande largueza. Há espaço, muito espaço. Ouvem-se pássaros e aviões do aeródromo de Tires, que fica logo ali, do outro lado da estrada.

Para chegar ao edifício principal do Estabelecimento Prisional de Tires, é preciso fazer uma caminhada pela quinta — são 34 hectares, o equivalente ao mesmo número em campos de futebol. Vejo a igreja ao fundo e tropeço em pinhas que estalam com o calor, cobrindo o chão de sementes miudinhas.

Antes de atravessar o Pavilhão das Condenadas, ouço risos e gritinhos das crianças que brincam na creche da prisão, passo pelo edifício das reclusas em Regime Aberto no Interior (RAI) e em Regime Aberto no Exterior (RAE), de onde se avista, ao fundo, a Casa das Mães. É lá que vive a maior parte das reclusas que aceitaram ser entrevistadas para esta reportagem.

Ironicamente, só quando olho para o céu encontro um sinal de prisão. Lá está ele, a desfazer todos os enganos — o arame farpado, visível no topo dos 3 metros de altura que o muro impõe.

Nem sempre foi assim. Depois da inauguração, em 2002, a Casa das Mães chegou a ter honras de habitação quase normal, sem arame nem farpas. A fuga tentada por duas reclusas atirou os possíveis traumas das crianças sujeitas ao cárcere para o seu devido lugar — o segundo plano — num espaço que se quer de castigo. Com ou sem infância dentro.

Um dia, durante o recreio, duas mulheres agarraram nos filhos ao colo, apoiaram um pé na casinha de brincar que estava disponível no pátio e com o outro galgaram o muro. Não passaram do portão principal, mas obrigaram à reposição do cenário prisional. Até então não havia acrescentos ao rigor dos muros.

Neste edifício há condenadas por homicídio, tráfico e assaltos à mão armada. Minimizar a hostilidade do ambiente justificava-se apenas porque debaixo do mesmo teto das homicidas, traficantes e assaltantes à mão armada vivem recém-nascidos e menores de 5 anos — os filhos das reclusas.

A inversão de marcha em relação ao arame farpado pode não passar de um detalhe, mas é um daqueles que dizem tudo sobre o que é uma prisão. Por muitas crianças que haja e outras tantas políticas de humanização que se apliquem, as cadeias continuam a ser encaradas como locais onde se fecham — e escondem — as pessoas consideradas perigosas para a sociedade. Mesmo quando juntamente com elas seja preciso enclausurar bebês e crianças.

Um letreiro diz-me que vou entrar no «Regime Fechado». Passo uma porta branca, de ferro, com vidros estreitos, e sou recebida pela guarda Isabel Amorim, que fará honras de anfitriã durante os vários dias de reportagem. Por ela fico a saber que as próprias reclusas comparam a Casa das Mães ao «céu», por oposição ao «inferno» da ala das condenadas. A seu tempo, vamos confirmar — ou desmentir — esta impressão.

Sem o saber ainda, cruzo-me com uma das minhas futuras entrevistadas. Raquel é responsável pela faxina na ala das mães e vem à procura de uma guarda. Precisa de autorização para requisitar mais detergentes. Exibe uma longa trança e fala com o à-vontade de quem está em família. Comporta-se assim porque é a mais antiga no estabelecimento.

Reincidente e mãe de dois filhos pequenos — um a viver com ela na Casa das Mães e outro na Casa da Criança —, conhece os cantos ao estabelecimento prisional como poucas das que lá estão.

Em Tires, ser mãe significa ter mais liberdade de movimentos — dentro do recinto fechado, claro está —, além da probabilidade aumentada de conseguir trabalho. Mas o mais valorizado pelas mulheres é o convívio diário com risos de crianças. A maioria tem menos de 3 anos e não compreende o verdadeiro significado das barras de ferro nas janelas. Com a miudagem, a vida na prisão parece humanizada. Quase normal.

Antes de entrar no refeitório, que fica numa ponta da Casa para poder receber mais facilmente a comida vinda de outro pavilhão, passo pela sala onde trabalham várias reclusas. Está cheia de caixas cartonadas com peças de plástico. A tarefa de muitas presas

consiste em encaixá-las para as transformarem em fechos de portas e janelas.

É fácil distinguir as reclusas trabalhadoras pelos seus aventais aos quadrinhos. Uma delas tem uma bata diferente, laranja e preta, em vez de branca com debruado de riscas azuis. Fala com uma certa autoridade: «Tem de ser encaixado assim, estão a ver? Os sacos precisam de alguma folga para se poder confirmar o que está lá dentro!» Hei de me lembrar deste porte quando, daqui a um mês, me apresentarem Silvina, a homicida.

Com ela trabalha uma mulher cansada de vida. Tem menos anos do que lhe daria e obedece às indicações de Silvina, mais por fadiga do que por vontade. Julieta é mãe de cinco filhos, e o último, como acabará por me confessar, foi planeado com um objetivo: garantir que ela conseguiria sobreviver à cadeia. Vivem os dois numa das celas de Tires desde que o bebé tinha 6 meses.

Enquanto descubro os vários serviços e corredores da cadeia, passo por duas grávidas. Sabia já que a Casa das Mães albergava gestantes, mas não pude evitar a impressão de me ter cruzado com estas personagens no cenário errado. Símbolos de futuro, redondos e femininos, não podem passar despercebidos num espaço geométrico e masculino, a transbordar desesperança. Não tardarei a conhecer melhor os porquês, embora nenhum consiga apagar a incompatibilidade. Nem mesmo a visual.

Uma das grávidas, de cabelo descuidado e marcas de tempo vivido com muita pressa, passeia alegremente pelos corredores da prisão. Comenta que o filho parece sem vontade de sair. É toxicodependente; terá, a qualquer momento, um bebé a ressacar por heroína. Dizem-me que iguala o tempo de gestação de Adília, mas esta não leva o momento com tanta ligeireza.

Passo por ela no refeitório, repleto de cadeiras para crianças. Trabalha aqui mais uma das mães que fará parte desta história. Nala, a «mula». Desempregada e com orgulho a mais para pedir ajuda à família, foi aliciada a fazer de correio de droga, entre Dacar e Lisboa. Nunca mais pisaria a capital como mulher livre. O voo de regresso trouxe-a para Tires, onde agora enche os pratos das reclusas

com chispalhada e arroz branco, o almoço de hoje.

Sei ainda muito pouco sobre todas estas mulheres. A minha atenção está focada no presente. E o que ele me revela é uma mulher grávida, à espera do nascimento de uma menina — e de outras tantas angústias. Ainda nem sei se vou conseguir autorização para entrevistar Adília, mas não consigo distrair-me dela. Pica a comida, leva o garfo vagarosamente à boca e não encontra espaço. Mastiga as lágrimas num silêncio autodeterminado, enquanto massaja a enorme barriga com a mão livre de talheres.

As guardas metem-se com ela e comparam-na à reclusa que tem o mesmo tempo de gravidez sem se queixar de nada. Adília faz por ignorar observações trocistas. Mantém-se muda. Nunca saberemos — talvez nem ela mesma saiba — se são os males da alma ou os do corpo a imporem-lhe tanto sofrimento. Provavelmente, só os que não sentem a dor fininha e invasora podem preocupar-se com tais minúcias. Inúteis, como inútil é a satisfação de curiosidades conceituais numa altura destas.

Não é o primeiro filho. Em Cabo Verde, Adília tem uma menina de 9 anos e um rapaz de 15, que desmaiou ao telefone quando soube da prisão materna. Mas é o primeiro filho a nascer na cadeia, num país que não é o seu, rodeada de caras e costumes estranhos.

Continuamos a visita de reconhecimento. Por pouco tempo. A hora de Adília está mais perto do que todos imaginam. Os corredores têm flores de papel penduradas no teto por fios de *nylon*, e as portas exibem fotos e desenhos colados por dentro. Passamos por uma cela com um boneco que tinha escrito «Mariana», prontamente arrancado pela guarda, enquanto justifica: «Esta menina já saiu.»

A caminho do recreio, cruzamo-nos com uma mulher que me obriga a deixar de ouvir as explicações mais ou menos arquitetónicas sobre o espaço onde vivem as mães condenadas. Veste umas *leggings* amarelas pelo joelho. Tem cabelo escuro, apanhado, a contornar a face de pele alva. Julgo ver sardas, mas não sei se estou apenas a tentar enquadrar, numa prisão, o seu metro e meio num rosto de liceu.

Tento encontrar sentido para um corpo tão menino atrás de grades e não consigo. As explicações dadas de seguida tornaram-se ainda mais desconcertantes do que esta figura accidental. Quem me parecia uma menina tem, afinal, 22 anos e está presa por homicídio. Fazia parte de um gangue que assaltava ourivesarias.

Tal como os homens, também as mulheres matam desde que há memória. Mas, ao contrário deles, elas fazem-no sobretudo por razões passionais ou para pôr fim a vidas inteiras de maus-tratos. Matar sem olhar a quem, e por dinheiro, é uma novidade na criminalidade feminina portuguesa, notada pelos próprios profissionais dos estabelecimentos prisionais.

O que raramente se acrescenta a esta constatação é que por detrás das novas tendências criminais estão velhas misérias sociais. Quando chegou à cadeia de Tires, esta mãe de dois filhos não sabia tomar banho nem fazer a cama. Metia-se debaixo do chuveiro porque assim lhe ordenavam, mas limitava-se a deixar cair a água. Nunca tinha visto ensaboar um corpo. Junto à cama que é obrigada a fazer na prisão, o espanto repetiu-se. Colcha, cobertor e lençol, por esta ordem, de baixo para cima. Perante a pergunta de uma guarda sobre o que era aquilo, confessou que não sabia. Nunca tinha feito, ou visto fazer, uma cama.

Vou cruzar-me muitas vezes com esta menina-mãe-criminosa, vítima de pobreza extrema, mas nunca cheguei a entrevistá-la. Os serviços sociais analisam ainda o que fazer com os seus dois filhos.

Ao demorar mais o olhar na singularidade seguinte — três gerações fechadas numa mesma cela —, reparo que as janelas são muito baixas, pelos meus joelhos. É de propósito. Estando ao nível dos olhos das crianças, deixam-nas ver para fora do compartimento, onde passam, pelo menos, 13 horas por dia.

A Casa das Mães tem 18 celas, e só 13 estão habitadas. Apenas duas são preventivas. Todas as outras servem para condenadas. Há oito espaços familiares, para mães com mais de um filho, e seis deles estão ocupados.

Num deles vive a avó, a filha e a neta. Só a terceira é inocente. As outras duas mulheres, a quem me apresento para combinar

entrevistas na próxima vinda à prisão, tinham um negócio familiar de tráfico de droga. A avó, Antónia, é reincidente, e a mãe, Milena, garante que evitará seguir-lhe os passos. Não aguenta as saudades dos quatro filhos deixados lá fora.

A primeira reação das duas condenadas é argumentarem inocências morais. Só «vendiam os pacotes», ninguém era «obrigado a comprá-los». À medida que a reportagem avança, perceberei que a culpa no discurso destas mulheres passa a maior parte do tempo a relativizar-se — e a encontrar contraditórios.

Tínhamos acabado de passar pelo presídio das três gerações, quando a guarda Isabel é chamada para acudir Adília. Vamos encontrá-la a arfar na cela, sob orientação de outra vigilante. As contrações estão muito próximas. Vinte minutos depois, já tem à sua volta as três enfermeiras de serviço no estabelecimento prisional.

Concluem que os espasmos dão apenas alguns minutos de intervalo entre si e que a dilatação está adiantada. É melhor chamar uma ambulância. Rapidamente. «Ninguém quer que nasça cá dentro! Se corre tudo bem, é lindo. Mas, se corre mal, são capazes de nos matar aqui», comenta, em surdina, uma das profissionais da cadeia.

Em menos de nada, a cela de Adília estava apinhada de gente. Vigilantes, enfermeiros, técnicos sociais, todos queriam saber do andamento do trabalho de parto. Uma guarda de cabelo curto e jeito despachado aconselha: «Respira pelo nariz e deita fora.»

A ambulância tarda. Ninguém percebe por que é preciso quase uma hora para percorrer o trajeto entre o Hospital de Cascais, a menos de dez minutos de distância, e o EP de Tires, perto de Carcavelos. O nervosismo instala-se.

Quando dou por mim, estou sozinha na cela com Adília. Embora a tenham aconselhado a não falar, faço-lhe perguntas sobre os outros filhos. É mulher, sei que sofre de dor e de saudade. Sei que falar é um analgésico sem contraindicações. Aponta para as fotografias das crianças penduradas nas paredes, diz-me que o bebé também vai ser do signo Gémeos como a menina de 9 anos. Por alguns minutos alivia a expressão de dor.

Até ser surpreendida por mais uma contração, que aguenta estoicamente. A cara contorce cada músculo, mas da sua boca não se ouve um gemido. Sem pensar, faço-lhe festinhas na barriga. Detenho-me por segundos. Não me conhece além das formalidades e apresentações que fiz questão de cumprir quando entrei na cela. Mas ela aceita a minha mão com naturalidade. Porque costuma ter mulheres por perto durante os partos em África, ou porque o mimo não abunda atrás das grades, ou simplesmente porque queria corresponder. Não importa. Consegui distraí-la do sofrimento, e isso pareceu-me razão suficiente para continuar a massajar-lhe a barriga abundante.

Adília é conhecida por ser uma mãe dedicada. Tem a cela toda engalanada para a bebé. O berço de barras brancas, metálicas, está repleto de peluches coloridos; uma almofada em forma de coração tem bordado o nome da vindoura, que a mãe sentirá pela primeira vez nos braços no dia seguinte, à tardinha.

Os cremes e as colónias nunca sonhados por Adília em Cabo Verde esperam num cestinho de verga para tratar as assaduras e resolver com mimos outras contingências próprias das peles acabadas de vir ao mundo. As janelas estão tapadas com coloridas cortinas para que a próxima habitante da cela não tenha de ver grades de cada vez que se entregar ao sono.

As contrações — do útero e dos músculos faciais — estão de volta. Resolvo falar-lhe de métodos que aliviam a dor e do direito que tem a pedi-los assim que chegar ao hospital. Confessa-me os seus receios sobre a epidural. Angustia-a a ideia de uma agulha a atravessar-lhe a espinha. Tinha começado a contrapor com o baixíssimo risco dessa opção, a que alguns chamam «parto sem dor», quando sou gentilmente expulsa da cela.

As outras mães não param nos corredores, ansiosas por saber da grávida. Até que alguém quase grita: «Chegou a ambulância!» Três bombeiros põem Adília rapidamente na maca. «É desta! Hora pequenina!», ouve-se vezes sem conta, conforme passa por reclusas e guardas em direção à grade que separa as celas da entrada no edifício.

Assim que o transporte hospitalar leva a cabo-verdiana, ouvem-se suspiros entre as profissionais de segurança, soltam-se risinhos de alívio, puxa-se dos cigarros. Vêm à memória histórias batidas. Nunca se sabe quando podem repetir-se e não ter finais felizes, como os que se recordam agora à porta da Casa das Mães, entre gargalhadas e confidências.

Um dia, uma das guardas que estão de serviço hoje sentiu-se mal na cadeia. A presa com delito mais grave tirou-lhe a pistola, escondeu-a de criminosas piores ainda e ficou a tomar conta da vigilante até aparecer ajuda, ao mesmo tempo que tentava acalmá-la: «Não se preocupe, temos a sua arma, mas não vai acontecer nada de mal. Já chamei as enfermeiras.»

Mais caricato é o episódio da reclusa grávida que, durante o transporte para o hospital, cede o lugar na maca à guarda que a acompanhava. Quase desmaiou com uma quebra de tensão, e, quando os bombeiros abriram a porta da ambulância no serviço de urgência, estava a encarcerada a agitar as mãos, numa tentativa desesperada de fazer chegar o ar à cara da carcereira.

Enquanto ouço estas histórias e vejo os preparativos para o transporte de Adília, lembro-me dos relatos e estudos que tinha lido sobre mulheres reclusas nos estados norte-americanos. No dia seguinte partiria para os EUA, onde estava marcada uma reportagem na prisão feminina de Rhode Island. Tinha encontrado documentos e protestos sobre o facto de manterem as mães reclusas algemadas durante todo o trabalho de parto.

No Reino Unido, com várias associações de apoio às prisioneiras grávidas, essa imposição só foi quebrada há pouco mais de dez anos. Questionei-me: terá Adília de ser algemada? Fazer força, expirar e inspirar, contar até dez, voltar a expirar e inspirar, fazer força... presa a duas argolas metálicas?